 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 054. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira

Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) - Coordenador/a, Luciana de Oliveira Chianca (UFPB) - Coordenador/a, Ulisses Neves Rafael (Universidade Federal de Sergipe) - Debatedor/a, Lady Selma Ferreira Albernaz (ufpe) - Debatedor/a

A pesquisa de inspira??o participante marcou a busca de uma constru??o reflexiva e dial?gica no campo antropol?gico, notadamente a partir dos anos 1970, no Brasil. O fazer antrop?logo expandiu-se ent?o consideravelmente, na percep??o de que saberes acad?micos, cient?ficos ou human?sticos pressup?em uma fus?o de horizontes com os saberes populares e locais, sejam eles tradicionais ou n?o. Tal pressuposto transformou o cotidiano de muitos professores e pesquisadores, sendo que nas universidades brasileiras ele foi traduzido pela incorpora??o oficial da extens?o no bin?mio ensino/pesquisa, relacionando conceitual e inexoravelmente a universidade p?blica com a sociedade e suas demandas. Este GT prop?e o debate de aspectos conceituais, metodol?gicos, pol?ticos, relacionais e pedag?gicos de pr?ticas extensionistas em diferentes contextos de atua??o e em rela??o com ?reas de conhecimento conexas ? antropologia. S?o bem-vindos relatos de experi?ncia e an?lises de programas, projetos de extens?o universit?ria e a?es ?extramuros?, voltadas para educa??o, arte, sa?de, meio-ambiente, patrim?nio cultural, igualdade racial, direitos humanos, desenvolvimento local, trabalho e renda. Deseja-se estimular reflex?es e cr?ticas sobre o preceito da indissociabilidade das dimens?es de ensino, pesquisa e extens?o, considerando-se as condi?es objetivas e subjetivas da implementa??o das a?es e media?es extensionistas nas distintas regi?es do Brasil.

Políticas afirmativas como extensão universitária e a participação de antropólogos(as) como mediadores de suas controvérsias.

Autoria: Marcos Silveira

O objetivo desta comunicação é compartilhar a minha experiência com políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná, junto a estudantes negros e indígenas e a partir do diálogo com outros antropólogos(a)s envolvidos nestas políticas em outras Universidades do Sul do Brasil. Comecei trabalhando no NEAB ? Núcleo de estudos afro-brasileiros e no NAPA ? Núcleo de acompanhamento de políticas afirmativas, que existiu entre os anos de 209 e 2010, recebendo e tentando solucionar os diversos problemas dos estudantes indígenas na Universidade, e lidando com os problemas dos estudantes negros, entre 2008 e 2012. Também presidi a banca de verificação da auto declaração racial entre os anos de 2010 e 2012.Até hoje work com o acompanhamento da Educação superior indígena. Uma série de questões surgem a partir desta atuação com a implementação dessas políticas públicas. Os antropólogo(a)s e outros pesquisadores envolvidos terminam servindo como mediadores entre duas posições distintas: a burocracia universitária e os movimentos sociais e suas reinvindicações, cujos interesses são difíceis de conciliar. As políticas afirmativas são mal-entendidas e mal aplicadas na Universidade por uma série de agentes responsáveis pelas suas implementações. A Universidade não consegue abrir mão de uma ideia de um ?Estudante universal? diante do qual as demandas especificas de indígenas, quilombolas, negros urbanos e até de alunos de escola pública pouco se encaixam. Há muito o que se discutir e o que se pesquisar. Além de jogos de interesses, em que se termina envolvido, é interessante pensar o jogo de relações Inter étnicas com o Estado a partir destas políticas afirmativas de ingresso no ensino superior, que produz uma série de questionamentos sobre a vida universitária e os desafios que esta traz para esses estudantes, mas, até onde podemos ir com esses questionamentos? Pretendo apresentar um quadro geral da situação atual dos estudantes indígenas e dos estudantes negros,

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> na UFPR, procurando trazer questões especificas relevantes para um melhor entendimento deste outro work, universitário sem ser, à princípio, acadêmico. Afinal, que tipo de atividade profissional é esta já que não estamos lidando com uma atividade de ensino e de pesquisa strictu sensu, mas também não estamos lidando com as atividades de extensão mais consagradas da Universidade?
> Trabalho completo

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**